



Número: 179

Data: 2021.06.11

No título: Pôr do sol da Serreta, na ilha Terceira, Açores

Foto: Cláudia Martins

Destaques:

- ☑ [GOVERNO DOS AÇORES LANÇA FÓRUM SOBRE O FUTURO DA REGIÃO NA EUROPA;](#)
 - ☑ [Progressos na execução da iniciativa da UE relativa aos polinizadores;](#)
 - ☑ [Parlamento Europeu aprova Certificado digital COVID da UE;](#)
- ☑ [Parlamento Europeu aprova Resolução respeitante à Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 – Trazer a natureza de volta às nossas vidas;](#)
 - ☑ [Comissão Europeia avança com proposta de orçamento para 2022;](#)
 - ☑ [Comunicação da Comissão Europeia sobre pesca mais sustentável na UE.](#)

Nos próximos dias:

- 👉 [Consulta pública sobre as possibilidades de pesca para 2022 \(de 9 de junho a 31 de agosto\);](#)
 - 👉 [Congresso anual da agricultura biológica europeia 2021;](#)
 - 👉 [O LUGAR DAS REGIÕES NA UNIÃO EUROPEIA;](#)
- 👉 [Horizonte Europa: Jornadas Informativas 2021 \(28 de junho a 9 de julho\).](#)



7 de junho a 2 de agosto



Revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativo à revisão das orientações em matéria de clima, energia e ajuda ambiental. A Comissão refere que «todos os cidadãos e organizações são bem-vindos a contribuir para esta consulta. São particularmente solicitadas contribuições de (i) Estados-Membros e respetivas autoridades de

concessão de ajuda, (ii) associações empresariais e empresas que operam no mercado único europeu, (iii) profissionais do direito e da economia, bem como (iv) organizações de consumidores e ambientais.».

8 de junho a 31 de agosto



Produtos agrícolas – revisão das normas de comercialização da UE

A Comissão lançou uma [consulta pública](#) com o objetivo de recolher opiniões com vista à revisão das normas de comercialização da UE para os produtos agrícolas. As normas de comercialização estabelecem a qualidade dos produtos comercializados junto dos consumidores através de regras obrigatórias ou de menções reservadas facultativas. Baseiam-se em especificações técnicas dos produtos a fim de definir características comerciais uniformes. No caso dos produtos agrícolas, abrangem a frescura ou a classificação por tamanho, a apresentação, a rotulagem, a embalagem, etc., mas as especificações dos produtos podem também incidir sobre os métodos de transformação e de produção. Anunciada na Estratégia do Prado ao Prado, a revisão segue-se a um [processo de avaliação global](#) das normas de comercialização da UE estabelecidas na organização comum de mercado, nas diretivas «pequeno-almoço» e nos atos legislativos da Comissão. A consulta está aberta durante 12 semanas, de 8 de junho a 31 de agosto de 2021.

9 de junho a 31 de agosto



Consulta “Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2022”

A Comissão Europeia [convida](#) os Estados-Membros, os Conselhos Consultivos, a indústria pesqueira, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados a participar até 31 de agosto numa consulta pública, e a expressar os seus pontos de vista sobre as oportunidades de pesca para 2022. Após a consulta, a Comissão [apresentará](#) no outono as suas propostas de regulamento de Oportunidades de Pesca para 2022 no Atlântico, Mar do Norte e Mar Báltico, assim como no Mar Mediterrâneo e Mar Negro. As propostas têm em conta os planos plurianuais e baseiam-se em pareceres científicos fornecidos pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM) e outros organismos independentes, bem como na análise económica fornecida pelo Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP). As propostas também incorporarão ajustamentos resultantes da implementação da obrigação de desembarque. Finalmente, o Conselho Pescas da União Europeia discutirá as propostas da Comissão e estabelecerá a repartição das possibilidades de pesca.

14 de junho



C-DAYS 2021 - Conferência sobre Cibersegurança

A Conferência Anual de Cibersegurança C-DAYS, organizada pelo Centro Nacional de Cibersegurança, é um momento marcante para que decisores, profissionais, investigadores, estudantes e sociedade possam debater as temáticas ligadas à cibersegurança através de diferentes pontos de vista: estratégico, operacional e técnico. Dedicada às competências em cibersegurança e à necessidade de as tornar comuns entre as pessoas e as organizações, a C-DAYS 2021 pretende “naturalizar competências”, fazendo da cibersegurança uma preocupação natural e um “saber fazer” assimilado desde os primeiros anos de formação dos cidadãos, além de a integrar no modo de atuação das empresas e da administração pública. Informações complementares [aqui](#).



Uma nova estratégia do IET para alimentar a maior rede de inovação da Europa

O [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) (IET) irá lançar a sua nova estratégia, a Agenda Estratégica de Inovação do IET 2021-2027. Serão abordadas novas oportunidades na área da inovação, estando confirmadas as presenças da Comissária europeia para a inovação, investigação, cultura, educação e juventude, Mariya Gabriel, e do ministro português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor. Para aumentar a sensibilização para os planos e oportunidades do IET, está a ser organizado um evento híbrido de lançamento da nova estratégia com a Presidência portuguesa do Conselho da UE, composto por 2 partes: uma sessão política que inclui oradores de alto nível; e 4 sessões temáticas centradas nas principais áreas de incidência da nova estratégia do IET.



Cimeira União Europeia-Canadá

A ter lugar em Bruxelas, na [18ª Cimeira UE-Canadá](#) os líderes de ambos os blocos (Charles Michel e Ursula von der Leyen, pela União Europeia, e Justin Trudeau, a representar o Canadá) deverão debater uma vasta gama de questões, incluindo a resposta à atual crise pandémica, combate às alterações climáticas e proteção do ambiente, comércio, tecnologia e inovação, e promoção dos valores democráticos, paz e segurança. Deverá ser adotada no final da cimeira uma declaração conjunta.

14 a 15 de junho



Reunião do Fórum Europeu da Regulamentação da Eletricidade

O Fórum da Regulamentação da Eletricidade, também referido como Fórum de Florença, foi criado por iniciativa da Comissão em 1998, para discutir a criação do mercado interno da eletricidade. O Fórum está atualmente a abordar o comércio transfronteiriço de eletricidade, em particular a gestão da escassa capacidade de interligação e como organizar os mercados de eletricidade para cumprir os objetivos de descarbonização e facilitar a integração da eletricidade renovável na União. Os participantes e oradores convidados incluem autoridades reguladoras nacionais, governos dos Estados-Membros, Comissão Europeia, operadores de redes de transporte, associações de eletricidade, e consumidores. [Mais informações sobre o evento.](#)

14 e 16 de junho



3ª Conferência Internacional sobre Estudos Europeus

Esta conferência reunirá economistas e cientistas políticos para abordar questões socioeconómicas europeias. A conferência é organizada conjuntamente pela Rede de Estudos Europeus: CefES-DEMS (Universidade de Milão - Bicocca), KOF (ETH Zurique), EI (London School of Economics and Political Science), Centro Comum de Investigação - JRC (Comissão Europeia). Os tópicos das conferências incluem: Macroeconomia, dinheiro, banca e finanças; governação europeia; bem-estar, desigualdade e polarização; migração, cooperação e comércio; alterações climáticas e políticas energéticas. Mais informações [aqui](#).

15 de junho



Cimeira União Europeia-Estados Unidos da América

Na [cimeira](#) que decorrerá em Bruxelas, a UE será representada pelo Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Os EUA serão representados pelo Presidente Joe Biden. Espera-se que os líderes abordem uma vasta gama de temáticas de interesse comum, incluindo a COVID-19, clima, comércio, investimento, tecnologia, negócios estrangeiros, e valores comuns. No final da cimeira, os líderes deverão adotar uma declaração conjunta.

16 a 18 de junho



Congresso Anual da Agricultura Biológica Europeia 2021

O [congresso anual da agricultura biológica europeia](#), intitulado "A Contribuição da Agricultura Biológica Europeia para o Pacto Ecológico Europeu" decorrerá online, a partir de Lisboa, de 16 a 18 de junho de 2021, e será organizado pela IFOAM Organics Europe e pela AGROBIO, associada portuguesa. O evento que contará com a participação do Comissário europeu da Agricultura, reunirá interessados de toda a Europa em matéria de agricultura e alimentação biológica que debruçar-se-ão sobre a evolução das respetivas políticas, alinhamento dos Planos Estratégicos da PAC com o Pacto Ecológico Europeu, alterações resultantes da entrada em vigor do novo Regulamento biológico da UE, contribuição da agricultura biológica para a mitigação das alterações climáticas, sistemas alimentares sustentáveis, e desenvolvimento rural.

17 e 18 junho



Lançamento do Programa Europa Criativa em Portugal

A Presidência portuguesa do Conselho, em colaboração com a Comissão Europeia irá organizar uma [conferência](#) de alto nível que reunirá oradores de toda a Europa, agentes culturais, pensadores, políticos e responsáveis governamentais, com o objetivo de mobilizar a Europa para o novo Programa Europa Criativa, e de proporcionar um amplo debate sobre as principais inovações estratégicas e novas prioridades para o ciclo 2021-2027, salientando a sua articulação com outros fundos da União Europeia. As [inscrições](#) para participação online estão abertas até 15 de Junho. Constam do [programa](#) as participações de Thierry Breton e Mariya Gabriel, ambos comissários europeus.

18 de junho



As redes transeuropeias de energia: um marco rumo a uma UE alimentada por energias renováveis

No contexto da revisão do regulamento sobre as redes transeuropeias de energia, esta [conferência](#) - organizada conjuntamente pelo ministério da Energia do Luxemburgo, IRENA e Banco Europeu de Investimento (BEI) - reunirá peritos de vários quadrantes, líderes políticos, indústria e organizações da sociedade para discutir o futuro das infraestruturas energéticas da UE. Sobre o evento é referido que «o sistema energético da UE necessita de profundas adaptações para cumprir os objetivos energéticos e climáticos de 2030, e atingir a neutralidade climática até 2050, o mais tardar. O futuro sistema energético precisa de ser mais eficiente, mais inteligente e melhor integrado entre os setores. A eletrificação direta está no centro do esforço de descarbonização, e a energia eólica offshore desempenhará um papel central na mesma, a par da produção distribuída. O setor energético dependerá cada vez mais de fontes de energia renováveis variáveis, exigindo redes de transmissão e distribuição mais inteligentes e mais flexíveis. O armazenamento de baterias e eletrolisadores que convertem eletricidade renovável em hidrogénio para fins de armazenamento sazonal são ferramentas importantes. Uma abordagem renovada e baseada na ciência do planeamento da rede é indispensável para ter em conta estes novos elementos e incluir opções de flexibilidade e políticas do lado da procura.». [Registo](#) e [programa](#).

21 a 24 de junho



Semana de Segurança da AESA - Pós COVID-19: Esteja pronto, mantenha-se seguro

A Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA) estabeleceu parcerias com organizações de toda a comunidade aeronáutica para desenvolver a campanha "Post COVID-19 ramp-up - Be ready, stay safe" para ajudar a alinhar ações e princípios básicos sobre os riscos a mitigar. Como parte da campanha, a EASA irá [organizar](#) uma Semana da Segurança de 21 a 24 de junho de 2021. Ao longo desta semana, a EASA irá organizar uma série de eventos gerais e específicos de domínio para a indústria, sendo que as autoridades terão a possibilidade de discutir as questões de segurança mais importantes enfrentadas pela indústria durante a rampa de lançamento. [Programa](#) e [inscrições](#).

22 de junho



ECCA 2021 - 5ª Conferência Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas

2021 é o ano da adaptação climática. A [conferência ECCA 2021](#) decorre após a primeira Cimeira Mundial de Adaptação Climática, em janeiro de 2021, e antes da COP26 em Glasgow, em novembro de 2021. Irá dar destaque à necessidade premente de se acelerar a transferência de conhecimentos da investigação e inovação para políticas e práticas, incluindo a transformação da sociedade e mudanças comportamentais, num contexto de riscos climáticos crescentes. As ações de adaptação podem ajudar a impulsionar a recuperação, a resiliência, a atenuação das alterações climáticas, a conservação e restauração da biodiversidade, a criação de emprego, a segurança dos cidadãos, a inclusão social, o bem-estar e a segurança financeira. O objetivo da conferência é inspirar ações de adaptação mostrando soluções, trocando conhecimentos, criando ligações e encorajando o diálogo sobre como agir mais e mais rapidamente a todos os níveis. Todas as informações e registo [aqui](#).

28 de junho a 9 de julho



Horizonte Europa: Jornadas Informativas 2021

O [evento de 10 dias](#) dará a potenciais candidatos e outros interessados na investigação e inovação da UE a oportunidade de obter informações e fazer perguntas sobre os principais instrumentos de financiamento, assim como sobre as demais especificidades do [Programa de Investigação e Inovação da UE 2021 -2027](#).

As jornadas informativas estarão abertas à participação sem inscrição prévia. Serão abordados [9 temas](#), cada um com um programa de debates exclusivos e sessões práticas.

29 de junho



O lugar das Regiões na União Europeia

A atual pandemia tem realçado o papel fundamental das autoridades regionais e locais na prestação de cuidados de saúde e na recuperação social e económica. Continuarão a trazer o seu valor acrescentado às principais políticas da UE,

em particular nas transições verdes e digitais, e no restabelecimento da confiança dos cidadãos. A Conferência sobre o Futuro da Europa dá uma oportunidade para refletir sobre o funcionamento da democracia na UE, e para reforçar a forma como as autoridades regionais e locais participam nos processos decisórios da UE, com base nos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade. Este [evento on-line](#) de alto nível reunirá representantes da UE e dos parlamentos e governos nacionais e regionais, para discutir o futuro papel das regiões na UE. Pretende-se que termine com a adoção e assinatura de uma declaração sobre esta questão. O registo deverá ser feito [aqui](#).



Agricultura

Excedente do comércio agroalimentar da UE continuou a aumentar entre janeiro e fevereiro de 2021

Em janeiro e fevereiro de 2021, o valor das exportações agroalimentares da UE totalizou 28,5 mil milhões de euros (uma diminuição de 6% em relação ao mesmo período de 2020), enquanto o valor das importações caiu 12,5%, fixando-se nos 18,2 mil milhões de euros. O excedente comercial agroalimentar nos dois primeiros meses de 2021 foi de 10,3 mil milhões de euros, um aumento de 8% em comparação com o período correspondente de 2020. Estas estão entre as principais conclusões [publicadas](#) pela Comissão Europeia. A saída do Reino Unido da União Europeia teve um impacto significativo no comércio agroalimentar entre as duas partes, com as exportações comunitárias a diminuírem 1,13 mil milhões de euros e as importações comunitárias a caírem 1,38 mil milhões de euros. O comércio com os EUA também diminuiu, com o valor das exportações a cair 287 milhões de euros e o valor das importações a cair 191 milhões de euros.

Outras quedas nos valores das exportações foram registadas em relação à Rússia (queda de 169 milhões de euros), Japão (queda de 141 milhões de euros), e Arábia Saudita (queda de 90 milhões de euros), enquanto se registaram quedas nos valores das importações para a Indonésia (queda de 184 milhões de euros) e Ucrânia (queda de 170 milhões de euros).

Em comparação com janeiro-fevereiro de 2020, o valor das exportações agroalimentares da UE para a China aumentou em 529 milhões de euros, Nigéria (mais 84 milhões de euros), Noruega (mais 75 milhões de euros), e Chile (um aumento de 57 milhões de euros). Em termos de importações, registou-se um aumento de valores para os produtos da Índia (49 milhões de euros), Canadá (40 milhões de euros), Sérvia (36 milhões de euros), e Nigéria (34 milhões de euros).

Em termos de categorias de produtos, foram observadas reduções significativas no valor da maioria das exportações agroalimentares da UE, em particular trigo (-223 milhões de euros), alimentos para crianças (-214 milhões de euros), bebidas espirituosas e licores (-188 milhões de euros), e preparados de legumes e fruta (-119 milhões de euros). No entanto, o valor das exportações de carne de suíno aumentou em 124 milhões de euros, com aumentos também registados para óleos de colza e girassol (um aumento de 115 milhões de euros), alimentos para animais de estimação (um salto de 64 milhões de euros), sopas e molhos (um aumento de 31 milhões de euros), e óleo para bolos (um aumento de 22 milhões de euros).

Quanto aos valores de importação, os maiores decréscimos foram registados para a fruta tropical (descida de 411 milhões de euros), bebidas espirituosas e licores (descida de 194 milhões de euros), e óleo de palma e de palmiste (descida de 187 milhões de euros). Por outro lado, foram registados aumentos notáveis nos valores de importação de bagaços de oleaginosas (+307 milhões de euros) e de grãos de soja (+126 milhões de euros).

UE importou menos produtos agroalimentares biológicos em 2020

Enquanto o mercado biológico da UE cresceu globalmente, as importações de produtos agroalimentares biológicos diminuíram ligeiramente entre 2019 e 2020. Em termos de categorias de produtos, as importações de fruta tropical biológica e de arroz aumentaram. Contudo, estes aumentos foram compensados por declínios nas importações de outros cereais, bagaços de oleaginosas e açúcar. Estas estão entre as principais conclusões do [briefing de mercado](#) "Importações de produtos agroalimentares biológicos da UE - principais desenvolvimentos em 2020" publicado pela Comissão Europeia.

Em 2020, a UE importou 2,79 milhões de toneladas de produtos agroalimentares biológicos, um declínio de 1,9% em comparação com as 2,85 milhões de toneladas importadas em 2019. As mercadorias (que incluem cereais, óleos vegetais e oleaginosas, açúcar, leite em pó e manteiga, café não torrado e cacau) representaram 48% das importações de 2020 em termos de volume e 29% em termos de valor. Quanto a outros produtos primários (incluindo produtos de carne, fruta, vegetais, iogurte de leite e mel), representaram 42% das importações em termos de volume e 53% em termos de

valor. Em termos de destinos, o maior volume de produtos biológicos ainda entra na UE através dos Países Baixos, com 31% das importações. Seguem-se a Alemanha, Bélgica e França, com respetivamente 18%, 11% e 10% dos produtos biológicos importados.

Os principais parceiros comerciais relativamente às importações de produtos biológicos na UE são o Equador (12%), a República Dominicana (9%), a China (8%) e a Ucrânia (8%). Os dez maiores países exportadores de produtos biológicos para a UE representaram 64% das importações de produtos biológicos em 2020.

Relativamente às categorias de produtos, a maior categoria é de longe a fruta tropical, nozes e especiarias, representando 30% do volume ou 0,84 milhões de toneladas, seguida dos bagaços de oleaginosas (8% ou 0,23 milhões de toneladas), beterraba e açúcar de cana (7% ou 0,19 milhões de toneladas) e vegetais (5% ou 0,15 milhões de toneladas).

Eurodeputados subscrevem apelo dos cidadãos da UE para o fim gradual da agricultura com recurso a gaiolas

Na resposta à iniciativa dos cidadãos europeus "Fim da era da gaiola", os deputados europeus [solicitam](#) à Comissão Europeia que apresente propostas legislativas que proíbam a agricultura com recurso a gaiolas na UE, possivelmente já em 2027, após um período de transição adequado e após uma sólida avaliação de impacto. A [resolução](#) para este fim foi aprovada na quinta-feira com 558 votos a favor, 37 contra, e 85 abstenções. Existem alternativas à agricultura engaiolada e estão a ser implementadas com sucesso em vários Estados-Membros, mencionaram os eurodeputados. Estes sistemas alternativos devem ser melhorados e encorajados a nível dos Estados-Membros, mas para assegurar condições equitativas para os agricultores em toda a União Europeia, os eurodeputados concordaram que é necessária legislação da UE.



Ambiente

Progressos na execução da iniciativa da UE relativa aos polinizadores

A Comissão Europeia publicou um [relatório de avaliação](#) relativo à iniciativa da UE respeitante aos polinizadores. Neste relatório, a Comissão começa por referir que «nas últimas décadas, os insetos selvagens polinizadores – como as abelhas, as borboletas, os sirfídeos ou moscas-das-flores e as traças – diminuíram drasticamente, em termos de ocorrência e diversidade, na Europa. Muitas espécies estão também em vias de extinção. De acordo com a [Lista Vermelha Europeia](#), a população de cerca de um terço das espécies de abelhas e borboletas está em declínio, enquanto cerca de 10 % estão ameaçadas de extinção. A perda de polinizadores selvagens é um motivo de séria preocupação, dado que cerca de 80 % das espécies de cultivo e das espécies angiospérmicas silvestres na UE dependem, pelo menos em parte, da polinização animal. Sem polinizadores, muitas espécies de plantas diminuiriam e, possivelmente, desapareceriam, o que ameaçaria a sobrevivência da natureza, o bem-estar humano e a economia. Cerca de 3,7 mil milhões de EUR da produção agrícola anual da UE depende diretamente dos insetos polinizadores. No entanto, as estimativas disponíveis não contabilizam a polinização animal de plantas silvestres, nem a contribuição dos polinizadores para a segurança nutricional e para a saúde humana.»

Esta iniciativa surge na sequência da criação do [primeiro quadro da UE destinado a combater o declínio dos polinizadores selvagens](#), iniciativa que estabeleceu objetivos de longo prazo para 2030, que visam gerar conhecimentos práticos sobre o problema, combater as principais causas conhecidas do problema, promover a colaboração das partes interessadas e envolver a sociedade em geral. Para colocar a UE no caminho certo, a iniciativa delineou 10 ações e 31 subações, a executar a curto e médio prazo.

Parlamento Europeu aprova Resolução sobre a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030

O Parlamento [aprovou](#) a [resolução “Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030: trazer a natureza de volta às nossas vidas”](#) por 515 votos a favor, 90 votos contra e 86 abstenções, que aborda a atual crise de biodiversidade na Europa e no mundo. Principais pontos: 30 % da superfície terrestre e marítima deve ser área protegida; metas vinculativas para a diversidade urbana, como telhados verdes em edifícios novos; ação urgente é necessária para colocar termo ao declínio populacional de abelhas e de outros polinizadores.

Os parlamentares lamentam profundamente que a UE não tenha alcançado os seus objetivos de biodiversidade para 2020 e declaram que a nova estratégia deve abordar adequadamente as cinco principais causas de alterações na natureza: alterações na utilização dos solos e do mar; exploração direta de organismos; alterações climáticas; poluição; e espécies exóticas invasoras. Insistem, assim, que sejam mobilizados 20 mil milhões de euros por ano na ação em matéria de biodiversidade na Europa. Os eurodeputados pediram ainda um “acordo de Paris” para a biodiversidade na próxima [Conferência das Nações Unidas](#), em outubro de 2021, que estabelecerá as prioridades globais em matéria de biodiversidade para 2030 e além.

Conselho aprova nova Estratégia da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas

O Conselho da União Europeia [adotou](#), no dia 11 de junho, as conclusões que aprovam uma nova estratégia que define uma visão a longo prazo para que, até 2050, a UE se torne uma sociedade resiliente às alterações climáticas e totalmente adaptada aos seus inevitáveis impactos. Nas suas conclusões, o Conselho apoia o objetivo da estratégia de intensificar a ação internacional em matéria de adaptação, em conformidade com o Acordo de Paris. Reitera o compromisso da UE e dos Estados-Membros de mobilizar ainda mais financiamento internacional para a ação climática e apoia o reforço da participação e dos intercâmbios mundiais em matéria de adaptação. As conclusões adotadas dão orientações políticas à Comissão no que respeita à aplicação da estratégia.



Cultura

LUX Prémio do Público

O Presidente do Parlamento, [David Sassoli](#), [anunciou o vencedor do LUX Prémio do Público](#) na quarta-feira. "Collective" é um documentário do realizador e produtor Alexander Nanau que relata uma investigação jornalística sobre a corrupção no sistema de saúde romeno na sequência de um trágico e fatal incêndio numa discoteca do país em 2015. Esta foi a primeira vez que o público teve a oportunidade de participar na seleção do filme vencedor.



Coessão e solidariedade interna da UE

Parlamento quer rapidez na Reserva de Ajustamento de €5 mil milhões

O Parlamento [adotou](#), quarta-feira, a sua posição relativamente à Reserva de Ajustamento ao Brexit, com um orçamento de 5 mil milhões de euros a preços de 2018. (5,4 mil milhões de euros a preços correntes). As negociações com o Conselho iniciaram-se no próprio dia, a 9 de junho, e os eurodeputados esperam chegar a um acordo político no dia 17 de junho, de forma a que os fundos possam ser disponibilizados rapidamente. Os principais pontos do mandato de negociação do Parlamento são: 4 mil milhões de euros em pré-financiamento disponibilizados em duas prestações iguais em 2021 e 2022. Os restantes mil milhões de euros pagos em 2025; O período de elegibilidade inclui os custos incorridos de 1 de julho de 2019 a 31 de dezembro de 2023 na preparação para os esperados efeitos negativos do Brexit; Um método de afetação baseado em três fatores: a importância do comércio com o Reino Unido, a importância da pesca na zona económica exclusiva do Reino Unido e a população que vive nas regiões marítimas que fazem fronteira com o Reino Unido; Foco nas pequenas e médias empresas e nos trabalhadores independentes, na criação de emprego e na reintegração dos cidadãos europeus que regressam do Reino Unido como consequência do Brexit; Os setores financeiro e bancário são excluídos do apoio; e a pesca de pequena escala e as comunidades locais dependentes de atividades de pesca nas águas britânicas deverão receber pelo menos 7% da alocação nacional (para os países em questão).



Diplomacia e solidariedade externa da UE

Parlamento Europeu pede suspensão de patentes das vacinas contra a COVID-19

Numa [resolução](#) adotada por 355 votos a favor, 263 contra e 71 abstenções, o Parlamento [propõe](#) o início de negociações para uma suspensão temporária do Acordo TRIPS da OMC sobre patentes a fim de melhorar o acesso global a produtos médicos relacionados à COVID-19 a preços acessíveis, resolvendo as restrições à produção e a escassez da oferta a nível mundial. A grande maioria das 1,6 mil milhões de doses de vacina administradas até agora foram para países industrializados produtores de vacinas e apenas 0,3% para os 29 países mais pobres. Neste contexto, o Parlamento insiste na importância de que a UE apoie a produção de vacinas em África e incentiva contribuições ao mecanismo de distribuição global de vacinas [COVAX](#), outro importante meio de fornecer vacinas a países pobres. Finalmente, os eurodeputados exigem que os futuros acordos de compra antecipada sejam divulgados por completo, particularmente para vacinas da próxima geração, e que estes contratos incluam requisitos de transparência para os fornecedores.

UE atribui 700 milhões de euros para Parceria Global para a Educação entre 2021 e 2027

Antes da Cimeira do G7, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, [anunciou](#) que a União Europeia se compromete com 700 milhões de euros para a Parceria Global para a Educação (PGE) para ajudar a transformar os sistemas educativos para mais de mil milhões de jovens em até 90 países e territórios. Ursula von der Leyen [afirmou](#): "Estou orgulhosa em apoiar a Parceria Global para a Educação com 700 milhões de euros para o período 2021-2027, ajudando a transformar os sistemas de educação em todo o mundo. Apoiar a educação, em particular para raparigas e mulheres, é fundamental para dar à geração jovem boas perspetivas de vida". A Comissária para as Parcerias Internacionais, Jutta Urpilainen, asseverou: «A educação tem o poder de transformar vidas e sociedades; é a base da

igualdade e uma chave para um futuro melhor da nossa juventude. Os atos devem seguir as palavras. Hoje, com o nosso compromisso crescente de 100 milhões de euros por ano para a PGE, vamos assegurar um investimento sustentável e a longo prazo nos sistemas de educação para responder às necessidades de educação de milhões de crianças e jovens em todo o mundo durante a maior perturbação de aprendizagem da história. A UE e os Estados-Membros são responsáveis por metade do apoio global à educação e, como Equipa Europa, a nossa contribuição para o PGE será um testemunho de que a educação deve estar no centro da recuperação, com uma atenção especial às raparigas.». A UE tem vindo a trabalhar com países parceiros para desenvolver Planos de Resposta COVID-19 e, sempre que possível, para adaptar programas de cooperação na educação, visando ajudar os governos a garantir a prestação de serviços de educação, ensino à distância, adaptação curricular e apoio aos professores.



Estado de Direito

Comissão Europeia instaura 83 processos de infração durante o mês de junho

No seu pacote regular de decisões relativas aos processos por infração, a Comissão Europeia [instaurou](#) processos judiciais contra vários Estados-Membros por não terem cumprido as obrigações que lhes são impostas pelo direito da UE. Estas decisões, que abrangem vários setores e domínios políticos da UE, visam assegurar a correta aplicação do direito da UE em benefício dos cidadãos e das empresas. As decisões do mês de junho incluem 83 cartas de notificação. Mais especificamente, 78 cartas de notificação, 5 cartas de notificação suplementares, 86 pareceres fundamentados, um parecer fundamentado suplementar, e 9 recursos para o Tribunal de Justiça da UE, dos quais um ao abrigo dos artigos 258-260(3) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e 8 ao abrigo do artigo 258 do TFUE. Encerra igualmente 239 processos pendentes em que os Estados-Membros em causa, em cooperação com a Comissão, resolveram o problema, garantindo-se o cumprimento do direito da União. Portugal [recebeu](#) duas cartas de notificação para cumprir e um parecer fundamentado. A primeira carta de notificação para cumprir é por não ter estabelecido um plano de ação e não ter transmitido o relatório de execução no âmbito do [Regulamento \(UE\) 1143/2014](#) relativo à prevenção e gestão da introdução e propagação de espécies exóticas invasoras. Receberá ainda outra carta de notificação para cumprir por não ter transposto determinados elementos das regras da UE em matéria de luta contra o terrorismo ([Diretiva \(UE\) 2017/541](#)), nomeadamente no atinente à definição de crime terrorista e aos direitos das vítimas de atos de terrorismo. Por último, Portugal recebeu um parecer fundamentado por não cumprir integralmente determinadas obrigações de notificação nos termos do [Regulamento \(UE\) n.º 2017/352](#) (Regulamento Serviços Portuários). Um resumo das principais decisões e referências aos comunicados de imprensa relevantes pode ser encontrado [aqui](#).

Parlamento prepara-se para processar Comissão Europeia por inação

Numa resolução [adotada](#) nesta quinta-feira com 506 votos a favor, 150 contra e 26 abstenções, os eurodeputados observam que o novo instrumento de condicionalidade para proteger o orçamento da UE está em vigor desde 1 de janeiro de 2021 e também se aplica aos fundos de recuperação. Contudo, a Comissão Europeia não propôs quaisquer medidas ao abrigo das novas regras e não respeitou o prazo de 1 de junho estabelecido pelo Parlamento na sua resolução de [25 de março](#) para finalizar as orientações sobre a aplicação do regulamento. Tal “constitui uma base suficiente para intentar ações judiciais ao abrigo do artigo 265.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) contra a Comissão Europeia”, afirmam os parlamentares. Assim sendo, os parlamentares solicitam que o Presidente do Parlamento, David Sassoli, apele à Comissão Europeia, no período máximo de duas semanas, para “cumprir as suas obrigações” ao abrigo do novo regulamento. Para estar tudo preparado, “no entretanto, o Parlamento deverá iniciar imediatamente os preparativos necessários para potenciais processos judiciais ao abrigo do artigo 265.º do TFUE contra a Comissão Europeia”.



Economia, Empresas

Comissão vai aprovar os primeiros PRR na próxima semana

A Presidente da Comissão Europeia [anunciou](#) durante a Sessão Plenária do Parlamento Europeu, que decorreu em Estrasburgo, que a sua instituição vai começar a aprovar já na próxima semana os primeiros planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR), remetendo-os de seguida para o Conselho. Por sua vez, a secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, na qualidade de Presidente do Conselho, informou que o Conselho adotará as decisões de execução no intervalo de tempo mais curto possível. O objetivo passa por disponibilizar durante o verão o pagamento de pré-financiamento de um montante até 13 % da contribuição financeira.

Sob [proposta](#) da Comissão, o Conselho aprova, por meio de uma decisão de execução, a avaliação do plano de recuperação e resiliência apresentado pelo Estado-Membro. Por norma, o Conselho adota as decisões de execução no

prazo de quatro semanas a contar da adoção da proposta da Comissão. A data limite, deverá ser no máximo 31 de agosto de 2026, para a conclusão dos marcos definitivos e das metas definitivas, tanto para os projetos de investimento como para as reformas. Segundo o [POLITICO](#), citando diplomatas da UE, entre «os primeiros sortudos, é provável que sejam: Portugal, a Presidência do Conselho, um modelo institucional que apresentou o seu plano mais cedo; Espanha, que, como um grande beneficiário do novo dinheiro, pode servir como argumento de que não é culpa da Comissão que outros como a Itália ou a Polónia tenham levado o seu tempo; a Grécia apresentou-se como obcecada pelos pormenores, e é recompensada; mais a frugal Dinamarca.». A Lusa [avança](#) que a Presidente da Comissão Europeia deverá mesmo estar em Lisboa na próxima quarta-feira (dia 16) para anunciar a aprovação do PRR de Portugal.

Principais agregados do PIB e estimativas de emprego para o primeiro trimestre de 2021: Portugal com pior registo

No primeiro trimestre de 2021, o PIB ajustado sazonalmente diminuiu 0,3% na zona euro e 0,1% na UE em comparação com o trimestre anterior, de acordo com a estimativa [publicada](#) a 8 de junho pelo Eurostat, o serviço de estatística da União Europeia. Estes declínios seguem-se às quedas no quarto trimestre de 2020 (-0,6% na zona euro e -0,4% na UE), após uma forte recuperação no terceiro trimestre de 2020 (+12,6% na zona euro e +11,7% na UE). As diminuições mais acentuadas desde o início da série cronológica em 1995 foram observadas no segundo trimestre de 2020 (-11,5% na zona euro e -11,1% na UE). A Irlanda (+7,8%) e a Croácia (+5,8%) registaram os aumentos mais acentuados do PIB em comparação com o trimestre anterior, seguidos da Estónia (+4,8%) e da Grécia (+4,4%). Os declínios mais fortes foram observados em Portugal (-3,3%) e Eslováquia (-2,0%), seguida da Alemanha (-1,8%) e da Letónia (-1,7%).

Planos nacionais de recuperação: oportunidade histórica de crescimento sustentável

O Parlamento Europeu [insiste](#) que os planos de recuperação nacionais devem cumprir integralmente os requisitos e objetivos acordados para um crescimento justo e verde e para a transformação digital. Na resolução sobre a avaliação em curso dos planos de recuperação nacionais apresentados, os eurodeputados sublinham que o Mecanismo de Recuperação e Resiliência é um instrumento histórico da UE que deve não só mitigar os efeitos negativos da pandemia COVID, mas também ter um impacto duradouro e ajudar a disseminar o crescimento de uma forma justa. Os eurodeputados apelam à Comissão Europeia para apenas aprovar planos que cumpram integralmente as metas e objetivos acordados no regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e para não ceder a qualquer pressão política.



Emprego

Deslocações entre Regiões

Segundo o [Eurostat](#), em 2020, dos 192 milhões de pessoas empregadas entre os 15-64 anos de idade na UE, mais de 12 milhões de pessoas (6% de todos os empregados) deslocaram-se para trabalhar de uma região para outra dentro do seu país de residência, ligeiramente acima do nível de 2019. A taxa mais elevada de deslocações entre regiões em 2020 foi registada na Bélgica, onde 21% dos trabalhadores atravessaram uma fronteira regional para irem trabalhar. O trabalho deslocado foi também relativamente comum nos Países Baixos (13%), bem como na Lituânia, Alemanha, Áustria (11%) e Dinamarca (10%). A maior percentagem de deslocações entre regiões foi registada na província belga Brabant Wallon (49%), seguida por outra província belga, Vlaams-Brabant, e Pest na Hungria (ambos 40%), Burgenland na Áustria (38%), Flevoland na Holanda (36%) e Namur na Bélgica (34%).

As pessoas também se deslocam para trabalhar para outros países. Em 2020, 2 milhões de pessoas empregadas com idades compreendidas entre os 15-64 anos, (1% de todos os empregados), deslocaram-se da sua região de residência para um país diferente, ligeiramente abaixo em comparação com 2019. A taxa nacional mais elevada de deslocações transfronteiriças relacionadas com o trabalho em 2020 foi registada na Eslováquia, onde 5% das pessoas empregadas se deslocaram para trabalhar para um país diferente, seguida pela Estónia, Luxemburgo e Croácia (3% cada). A nível regional, as percentagens mais elevadas de deslocações transfronteiriças foram observadas na província do Luxemburgo na Bélgica (32%), seguida de Trier na Alemanha (15%) e Lorraine em França (13%).

Comissão lança nova iniciativa para reforçar parcerias de migração mutuamente benéficas com países terceiros

A Comissão Europeia [acaba de lançar](#) uma iniciativa denominada “Parcerias de Atração de Talentos”, uma iniciativa-chave no âmbito do novo [Pacto sobre Migração e Asilo](#) que ajudará a resolver a escassez de competências na UE e a reforçar parcerias de migração mutuamente benéficas com países terceiros. A fim de adequar as competências dos trabalhadores de países terceiros às necessidades do mercado de trabalho da UE, as parcerias para atrair talentos devem tornar-se um elemento-chave nas relações da UE com os países parceiros para gerir em conjunto a migração.



Energia

Bruxelas promete nova legislação para veículos em fim de vida

Segundo a [Lusa](#), citando o vice-presidente executivo da Comissão Europeia e responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, Frans Timmermans, a Comissão Europeia irá apresentar no final de 2022 uma proposta para retirar do mercado da União Europeia os veículos em fim de vida, mais poluentes. "Queremos trabalhar na revisão da diretiva sobre Veículos em Fim de Vida e vamos fazer uma proposta no final do próximo ano", disse Timmermans, intervindo no último Conselho do Ambiente da UE sob presidência portuguesa, no Luxemburgo. "Se queremos garantir que não há exportação de veículos poluentes para fora da UE, temos que assegurar que eles não circulam entre nós", adiantou.



Fundos, financiamentos e prémios

Ajuda da UE no valor de 11,6 milhões de euros para 3.700 trabalhadores despedidos em 4 países

Os eurodeputados [aprovaram](#) quatro pedidos de apoio no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) para ajudar trabalhadores despedidos a encontrar novos empregos através de mais formação ou para os apoiar a iniciar o seu próprio negócio. A votação teve lugar na segunda-feira, com os resultados a serem anunciados na terça-feira. Os apoios que visam a reintegração no mercado de trabalho foram os seguintes: 6,8 milhões de euros para apoiar 1.700 trabalhadores despedidos das transportadoras aéreas KLM e Finnair; 3,7 milhões de euros para apoiar cerca de 1.500 trabalhadores aeroportuários despedidos na Bélgica; 1,1 milhões de euros para apoiar 500 trabalhadores de fundição despedidos na Alemanha.

Proposta de Orçamento da UE para 2022

A Comissão Europeia [propôs](#), a 8 de junho, um orçamento anual de 167,8 mil milhões de euros para a UE em 2022, ao qual se junta um envelope estimado em 143,5 mil milhões de euros sob a forma de subvenções no quadro do Instrumento de Recuperação Europeia (Next Generation EU). A sua capacidade combinada permitirá mobilizar investimentos consideráveis para estimular a recuperação económica, salvaguardar a sustentabilidade e criar emprego. Dará prioridade às despesas com a ecologização e a digitalização, a fim de tornar a Europa mais resiliente e preparada para o futuro. O projeto de orçamento para 2022, reforçado pelo Instrumento de Recuperação Europeia, orienta os fundos para os setores onde surtirão maior impacto, em função das necessidades mais prementes para assegurar a recuperação dos Estados-Membros da UE e dos parceiros europeus em todo o mundo.

Fundo Social Europeu+ aprovado

O Parlamento Europeu [aprovou](#) o Fundo Social Europeu+. Fica assim concluído este ato legislativo, já que a posição em segunda leitura do Parlamento Europeu confirma a posição do Conselho em primeira leitura. O regulamento entrará em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União. A vertente Emprego e Inovação Social será aplicada retroativamente. O novo FSE+, no valor de 87.995 milhões de euros a preços de 2018, integra num único instrumento o antigo Fundo Social Europeu, a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD) e o Programa da UE para o Emprego e a Inovação Social (EaSI).

Os Estados-Membros com uma percentagem de jovens sem emprego, educação ou formação (NEET) acima da média da UE entre 2017 e 2019 devem dedicar pelo menos 12,5% dos seus recursos do FSE + para os ajudar a melhorar as suas competências ou encontrar um emprego de boa qualidade. Outros Estados-Membros também devem dedicar recursos aos jovens, de preferência implementando a Garantia para a Juventude. Do mesmo modo, os países que entre 2017 e 2019 tiveram uma percentagem de crianças em risco de pobreza ou exclusão social acima da média da UE devem investir pelo menos 5% dos seus recursos programados no apoio direto à igualdade de acesso das crianças a creches, educação, cuidados de saúde e habitação decente. Todos os Estados-membros são obrigados a investir no combate à pobreza infantil. Foram [previstos](#) 472,9 milhões de euros de financiamento adicional para as RUP e regiões de nível NUTS 2.



Mar e Pescas

Conferência Ministerial "A Blue Agenda in the Green Deal"

A Conferência Ministerial "A Blue Agenda in the Green Deal", que [decorreu](#) no dia 8 de junho, visou reforçar a importância da economia azul sustentável na recuperação económica europeia e o papel que a Política Marítima Integrada deve desempenhar numa Europa azul, resiliente, digital, social e global. Houve lugar a uma reunião ministerial de alto nível sobre política marítima integrada durante a manhã. Já da parte da [tarde](#), o debate centrou-se nas Conclusões do Conselho sobre uma economia azul sustentável, e na relação entre os objetivos da Política Marítima Integrada da UE e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2030 (nomeadamente, o

objetivo 14). Neste sentido, quatro oradores principais abordaram os temas da saúde dos oceanos, conhecimento e consciência dos oceanos, prosperidade e condições socioeconómicas justas e equitativas. Por fim, foram apresentados quatro projetos que enfatizaram como a inovação, o conhecimento e a informação são fundamentais para a conciliação de uma economia azul sustentável na UE. O ministro do Mar de Portugal, Ricardo Serrão Santos foi o anfitrião, abrindo e encerrando a Conferência, que contou igualmente com a participação do Comissário europeu para o Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevičius, e do Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para os Oceanos, Peter Thomson. A conferência foi organizada pelo ministério do Mar, sob a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Comunicação da Comissão para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2022

A Comissão Europeia adotou a [Comunicação](#) "Para uma pesca mais sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2022", tal como publicou o [Documento de trabalho da Comissão](#) que acompanha e fundamenta a comunicação. Em consonância com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, as pescas da UE estão a avançar para um sistema alimentar mais sustentável, apoiando a transição para um sistema mais amigo do ambiente e assegurando fontes de rendimento sustentáveis para os pescadores europeus. É referido que o desempenho socioeconómico do setor continua a ser bom, apesar da crise do coronavírus. A Comunicação apela a esforços adicionais para proteger os recursos marinhos, tanto através da manutenção de elevados níveis de ambição dentro da UE, como através do esforço para alcançar o mesmo nível elevado no trabalho com países não pertencentes à UE. Os Estados-Membros, os Conselhos Consultivos, a indústria pesqueira, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados são convidados a participar até 31 de agosto numa [consulta pública](#) e a expressar os seus pontos de vista sobre as oportunidades de pesca para 2022.

Conselho aprova acordo UE-Reino Unido sobre as possibilidades de pesca

O Conselho da União Europeia aprovou no dia 11 de junho o acordo entre a União Europeia e o Reino Unido sobre as possibilidades de pesca para 2021 e, sobre as unidades populacionais de profundidade, para 2021 e 2022. Este acordo é o resultado de várias rondas de consultas entre a UE e o Reino Unido ao longo dos últimos cinco meses. Entre outras disposições, estabelece o total admissível de capturas (TAC) para 75 unidades populacionais partilhadas e um certo número de unidades populacionais de peixes de profundidade e fornece clareza sobre os limites de acesso para espécies não sujeitas a quotas.

«O acordo garante estabilidade aos pescadores e às pescadoras tanto no Reino Unido como na UE, ao mesmo tempo que assegura a gestão sustentável dos recursos marinhos. Além disso, está de acordo com os princípios sociais, ambientais e económicos da Política Comum das Pescas, proporciona a certeza necessária à indústria pesqueira, e abre caminho para futuras consultas com o Reino Unido sobre direitos de pesca», pode ler-se no [comunicado](#) do Conselho.



Regiões ultraperiféricas

Governo dos Açores lança fórum sobre o futuro da Região na Europa

O Subsecretário Regional da Presidência do Governo dos Açores, Pedro Faria e Castro, [lançou](#), no dia 8 de junho, o fórum "O Futuro dos Açores na Europa", com o intuito de auscultar os cidadãos e as associações Açorianas no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa (COFOE). O fórum consistirá numa série de seis debates temáticos que decorrerão entre junho e dezembro. "Os Açores, enquanto parte integrante da realidade europeia, pretendem contribuir para o debate em torno do COFOE e transmitir as ideias dos Açorianos e a realidade arquipelágica no espaço comum europeu", afirmou o governante, no arranque da iniciativa. Serão abordados temas desde a economia azul à biodiversidade, do turismo às alterações climáticas, dos pequenos mercados à Europa das Regiões, à Europa Digital. Está ainda previsto abordar-se o emprego, a saúde e a importância da democracia no nosso dia a dia. "Faz-te ouvir é o mote. Um desafio europeu que abraçamos à realidade Açoriana com a criação deste fórum", anunciou Pedro de Faria e Castro. A [primeira sessão](#) do fórum "O Futuro dos Açores na Europa" realizou-se na quarta-feira, 9 de junho, e versou sobre o "Turismo Sustentável e Setores Transversais", numa iniciativa conjunta do gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, da Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia, e com o apoio da Direção Regional do Turismo.



Saúde

Mortalidade infantil diminuiu acentuadamente ao longo das últimas décadas: Portugal foi o Estado-Membro com evolução mais positiva

Na UE em 2019, cerca de 14,1 mil crianças morreram antes de atingirem um ano de idade. Isto equivale a uma taxa de mortalidade infantil de 3,4 mortes por 1.000 nados-vivos, de acordo com o [Eurostat](#). Durante a última década, a taxa de

mortalidade infantil na UE caiu de 4,2 mortes por 1.000 nados-vivos em 2009 para 3,4 mortes por 1.000 nados-vivos em 2019. Em comparação com 1961, a taxa de mortalidade infantil diminuiu drasticamente: de 38,2 mortes por 1.000 nados-vivos. Em 2019, as taxas mais elevadas de mortalidade infantil na UE foram registadas em Malta (6,7 mortes por 1.000 nados-vivos), Roménia (5,8) e Bulgária (5,6). Em contraste, a taxa mais baixa foi registada na Estónia (1,6 mortes), seguida da Eslovénia, Finlândia e Suécia (todas 2,1 mortes por 1.000 nados-vivos). Em comparação com 1961, a mortalidade infantil diminuiu em todos os Estados-Membros da UE com as maiores diminuições registadas em Portugal (de 88,8 mortes por 1.000 nados-vivos em 1961 para 2,8 em 2019), Roménia (de 71,4 em 1961 para 5,8 em 2019) e Croácia (de 62,9 em 1961 para 4,0 em 2019).



Tecnologia, comunicações, informática e satélites.

Eurodeputados pedem reforço de segurança contra ameaças no ciberespaço

O Parlamento Europeu [pede](#) padrões de cibersegurança mais rigorosos para dispositivos conectados, aplicações e sistemas operativos, na sequência dos recentes ciberataques a infraestruturas europeias. Numa [resolução](#) adotada, quinta-feira, dia 10 de junho, pede-se que produtos conectados e serviços conexos, incluindo produtos para consumidores, sejam seguros desde a conceção, resilientes a ciberincidentes, e possam ser rapidamente reparados quando forem detetadas vulnerabilidades. Os eurodeputados saúdam os planos da Comissão Europeia de propor uma legislação horizontal sobre requisitos de cibersegurança para produtos conectados e serviços associados, mas também desejam que a instituição tente harmonizar as legislações nacionais, com o objetivo de evitar a fragmentação do mercado único. O texto ainda exige legislação que imponha requisitos de cibersegurança a aplicações, software, software incorporado (que controlam vários dispositivos e máquinas que não são computadores) e sistemas operacionais (software que executa as funções básicas de um computador) até 2023.



Mobilidade e Transportes

Parlamento dá luz verde ao Certificado Digital COVID da UE

«Hoje o Parlamento abriu caminho para restaurar a liberdade de circulação e um espaço Schengen totalmente funcional, enquanto continuamos a lutar contra esta pandemia. O Certificado Digital COVID da UE funcionará a partir de 1º de julho e garantirá viagens seguras e coordenadas neste verão. Os países da UE são encorajados a não impor mais restrições, a menos que seja estritamente necessário e proporcional, e é tranquilizador que alguns já estejam emitindo o certificado”, [declarou](#) o Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e relator, Juan Fernando López Aguilar. Assim, todos os Estados-membros da UE reconhecerão os certificados atestando que o seu portador foi vacinado, apresentou um teste com resultado negativo ou recuperou da infeção por COVID-19. O mesmo terá uma validade de 12 meses, e haverá um apoio de 100 milhões de fundos da UE para a compra de testes. O texto deverá agora ser formalmente adotado pelo Conselho e publicado no Jornal Oficial, para entrada em vigor imediata e aplicação a partir de 1 de julho de 2021.

Auxílios estatais: A Comissão aprova um regime estatal de 40 milhões de euros para apoiar a compra de autocarros com emissões zero e infraestruturas conexas

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras de auxílio estatal da UE, um regime ajudas estatais de 40 milhões de euros para apoiar a compra de autocarros com emissões zero (elétricos/hidrogénio) e infraestruturas conexas para o setor dos transportes públicos rodoviários de passageiros em Portugal. O regime consiste em duas submedidas de apoio: (i) a compra de autocarros com emissões zero (centrados na eletricidade/hidrogénio); e (ii) a instalação (instalação ou melhoramento) de infraestruturas de reabastecimento ou recarga relacionadas. No âmbito do regime, o apoio assumirá a forma de subvenções diretas não reembolsáveis e os beneficiários serão selecionados através de um processo de concurso aberto e transparente. A Comissão avaliou a medida ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em particular ao abrigo do artigo 107(3)(c) do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que permite aos Estados-Membros apoiar o desenvolvimento de certas atividades económicas sob certas condições e ao abrigo do enquadramento dos auxílios estatais a favor do ambiente e da energia. A Comissão considerou que o auxílio é proporcional e limitado ao mínimo necessário, em particular porque o nível do auxílio será fixado através de um processo de licitação competitiva. A Comissão considera também que a medida encorajará a adoção de autocarros públicos de passageiros sem emissões, contribuindo assim para a redução das emissões de CO2 e poluentes, em conformidade com os objetivos climáticos e ambientais da UE e com as metas estabelecidas pelo Pacto Ecológico Europeu. A Comissão

concluiu, portanto, que os efeitos positivos do regime sobre os objetivos ambientais e climáticos da UE compensam qualquer potencial distorção da concorrência e do comércio provocada pelo apoio.

Auxílio à reestruturação a favor da SATA - Convite à apresentação de observações

Nos termos do artigo 108.º, n.º 2, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a Comissão Europeia abriu um [convite à apresentação de observações](#) no âmbito do auxílio estatal SA.62043 C/2021 (ex 2021/N) respeitante às ajudas à reestruturação a favor da SATA. As partes interessadas podem apresentar as suas observações sobre as medidas em relação às quais a Comissão dá início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente convite. A Comissão acrescenta que: «Nesta fase, a Comissão tem dúvidas sobre se o auxílio à reestruturação é proporcionado e se os efeitos negativos sobre a concorrência são suficientemente atenuados para que o auxílio preencha as condições de compatibilidade com o mercado interno ao abrigo do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia que se encontram previstas nas Orientações E&R.».



Instituições e Organismos da UE

Conclusões do Conselho sobre a Estratégia de Mobilidade Sustentável e Inteligente da Comissão

Nestas conclusões o Conselho [sublinha](#), por exemplo, que a concretização do espaço único europeu dos transportes continua a ser uma pedra angular da política de transportes da UE e salienta que um dos pressupostos para a consecução desse objetivo e para alcançar uma mobilidade e transportes sustentáveis e inteligentes consiste em dispor de infraestruturas de transporte multimodal resilientes, modernas e de alto desempenho que contribuam para a interligação e integração de todos os Estados-Membros e regiões da UE, incluindo as regiões remotas, as **regiões ultraperiféricas**, as regiões insulares, as regiões periféricas, as regiões montanhosas e as regiões pouco povoadas, com vista a melhorar a livre circulação de pessoas, bens e serviços.

Conclusões do Conselho sobre a proteção dos espaços públicos

O Conselho [apela](#), entre outros, aos Estados-Membros para que sensibilizem os municípios para as iniciativas e instâncias da UE existentes que facilitam a partilha de boas práticas e apoiam projetos conduzidos a nível local, e convida a Comissão a lançar o compromisso da UE relativo à segurança e à resiliência urbanas anunciado na Agenda da UE em matéria de luta contra o terrorismo de 2020.

Conclusões do Conselho sobre a violência relacionada com o desporto

O Conselho [salienta](#) que os organizadores de grandes eventos, sejam eles políticos, culturais ou desportivos, que decorrerem durante a pandemia de COVID-19, devem continuar a adotar medidas e procedimentos para impedir a propagação do vírus entre todos os intervenientes envolvidos: o grande público, as equipas, os árbitros, os gestores e coordenadores de eventos, os agentes responsáveis pela aplicação da lei, a proteção civil, o pessoal médico e de emergência, o pessoal responsável pela segurança privada, os profissionais dos meios de comunicação social e outro pessoal, acrescentando que no quadro da cooperação policial transfronteiras, o Conselho compromete-se a apoiar e reforçar os grupos de peritos dotados dos conhecimentos especializados pertinentes em matéria de polícia na União Europeia, no contexto da violência relacionada com o desporto e do extremismo, mas também em todo o mundo, no que diz respeito a grandes eventos desportivos, em colaboração com a INTERPOL..

“Apoio da Frontex à gestão das fronteiras externas: ainda não é suficientemente eficaz”, Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu

Segundo um [relatório especial](#) publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE), a Frontex, a agência de fronteiras da UE, não foi suficientemente eficaz a ajudar os Estados-Membros e países associados a Schengen na gestão das fronteiras externas da União. O TCE [afirma](#) que o apoio da Frontex não é adequado ao combate à imigração ilegal e à criminalidade transfronteiriça. Além de concluir que esta não executou integralmente o mandato de que foi incumbida em 2016, o TCE interroga-se também sobre a capacidade de a Agência cumprir eficazmente o novo papel operacional que lhe foi atribuído. A Frontex foi criada em 2004 para, em colaboração com as autoridades nacionais, dar resposta às questões problemáticas surgidas nas fronteiras da UE (por exemplo, terrorismo, tráfico e auxílio à imigração ilegal). O mandato da Agência foi progressivamente alargado desde a sua criação, tal como o seu orçamento (que passou de 19 milhões de euros em 2006 para 460 milhões de euros no ano passado). Porém, o TCE constatou que a Frontex ainda não apoia satisfatoriamente os Estados-Membros na gestão das fronteiras externas da UE.

Comissão Europeia e Comité das Regiões Europeu lançam Plataforma de Partes Interessadas na Poluição Zero

A Comissão Europeia e o Comité das Regiões Europeu lançaram uma plataforma das partes interessadas destinada a contribuir para a aplicação do [Plano de Ação da UE – Rumo à poluição zero na água, no ar e no solo](#). O plano de ação – um dos principais resultados do [Pacto Ecológico Europeu](#) e o principal tema da [Semana Verde da UE](#) deste ano – foi adotado em 12 de maio de 2021, estabelecendo uma visão integrada para 2050 no sentido de diminuir a poluição para

níveis que não sejam prejudiciais para a saúde humana e para os ecossistemas naturais, bem como metas intercalares para 2030 e ações para alcançar os objetivos.

«O papel dos municípios e das regiões será fundamental para traduzir esta visão em ações no terreno. A redução da poluição exige alternativas limpas no domínio da mobilidade regional e urbana e da energia, dos investimentos em edifícios e infraestruturas, bem como do ordenamento do território em geral. Todas estas decisões afetam a saúde e o bem-estar das pessoas», pode ler-se no [comunicado](#) do Comité das Regiões Europeu.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2021](#) e para [2022](#).



Em aberto



Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o Az@Brx?

O Az@Brx é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em Português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o Inglês, o Francês e o Castelhanho. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!